

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO BASE EM GOIÁS – MEB-GOIÁS: CONSTRUÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO BENEDITO E JOVELINA

Dayane Mendes da Silva¹
Andréia Ferreira dos Santos²

Comunicação Oral

GT: Diálogos abertos sobre educação básica

O Movimento de Educação de Base em Goiás – MEB-Goiás, constitui-se o objeto de estudo deste trabalho; em cujo Estado o MEB, realizou um amplo processo de educação popular, desenvolvido pela Igreja Católica, em parceria com o Governo Federal, a partir do Decreto 50.370 de 21 de março de 1961. O MEB-Goiás realizou seu trabalho por meio de escolas radiofônicas voltadas para educação de adultos (EDA), em especial do meio rural, regiões com altos índices de analfabetismo, segundo dados estatísticos da época. Considerando que a história da EDA foi composta por avanços, retrocessos e escassos registros, faz-se necessário resgatar muito da história da educação de jovens e adultos (EJA) que ainda se encontra silenciada e dispersa, compondo uma história de memórias marginais. Trata-se de um período de repressão que emudeceu fatos importantes, ou ainda pelo modo como a EJA foi sendo concebida no processo educacional brasileiro, sendo destituída de prestígio nos trâmites constitucionais. No presente trabalho analisamos a primeira fase do MEB-Goiás, 1960 a 1966, considerada a mais significativa do movimento. Trata-se de um estudo de caso, e para isso utilizamos entrevistas, materiais produzidos pelo movimento, a revista publicada pela Arquidiocese de Goiânia, textos, dissertações, teses, poesias e músicas que de alguma forma contribuíram para explicitação do movimento. Realizamos estudos teóricos pautados em: Rodrigues (2008, 2000), Fávero (2006), Peixoto Filho (1985, 1994), Beisiegel (1974), Paiva (2003), Alberti (2004), Brandão (1991), Freire (1967, 1987), entre outros. Buscamos por meio desse estudo, discutir a prática educativa do MEB-Goiás, a elaboração e utilização do material didático “Benedito e Jovelina” e sua contribuição para a conscientização dos educandos, evidenciando o conceito de Educação Popular.

Palavras chave: Educação de Adultos; Educação Popular; Material didático.

Introdução

A materialização desse trabalho precede de uma pesquisa maior, sobre o Movimento de Educação de Base em Goiás (MEB-GO) vinculado ao projeto geral “Centro Memória Viva (CMV) – Documentação e Referencia em EJA, Educação Popular e Movimentos Sociais do Centro Oeste”, inicialmente desdobrada em dois

¹ Bolsista do Centro Memória Viva – (CMV), da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (FE/UFG), graduada em Pedagogia pela FE/UFG, e-mail: dayaneufg@hotmail.com

² Graduanda em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás – FE/UFG, Bolsista do Programa Institucional de Iniciação Científica – PIBIC, orientanda da Prof.^a Dr.^a. Maria Emilia de Castro Rodrigues. E-mail: andreia.fsantos@ymail.com

projetos do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC), sendo que um deles posteriormente deu origem a um trabalho de Conclusão de Curso e outro continua em andamento. O projeto de PIBIC está vinculado ao projeto de pesquisa e extensão do CMV, que tem por objetivo, resgatar a memória individual e coletiva de EJA, Educação popular e movimentos sociais, disponibilizando seu acervo documental online para acesso público e futuras pesquisas, buscando valorizá-los enquanto patrimônio histórico-cultural brasileiro.

Neste trabalho buscamos fazer uma síntese da monografia apresentada para obtenção de título de Licenciatura em Pedagogia, na qual procuramos compreender a história do MEB-Goiás na voz de monitores, educandos e pessoas da coordenação que dele participaram durante os anos de 1960 a 1966, articulando ao PIBIC.

O MEB foi o movimento que se adentrou intensamente no meio rural, dando apoio à sindicalização rural nos anos de 1960 e foi o único movimento que conseguiu sobreviver às intensas repressões do golpe militar de 1964, isso devido, segundo Fávero (2006), se tratar de um movimento da Igreja, contudo, apesar de sua grande força, o MEB tem sido pouco divulgado.

Levando em consideração que a história da Educação é constituída hora por avanços, hora por retrocessos, é preciso recuperar as marcas de um período que apresentou enormes contribuições para a história da EJA em nosso país e estado de Goiás.

O Movimento de Educação de Base – MEB, ocorreu em âmbito nacional, sendo instituído pela Igreja Católica por meio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, em parceria com o governo Federal através de um Decreto. O Decreto foi assinado pelo presidente Jânio Quadros, em 21 de março de 1961, prestigiando o MEB por meio das escolas radiofônicas nas quais a CNBB empreenderia o movimento nas áreas subdesenvolvidas do país, como no norte, nordeste e centro-oeste. O governo havia firmado convênios com o Ministério da Educação e Cultura, entre outros órgãos públicos, através dos quais liberava recursos no sentido de subsidiar o Movimento por um período de cinco anos, visando atender especialmente a população analfabeta do meio rural.

O MEB teve presença significativa do Estado de Goiás, que contava com grande parte da população analfabeta e vivendo no meio rural. Desenvolvendo um trabalho educativo em conjunto a militantes da Igreja Católica. O MEB-Goiás firmou convênio com a Rádio Difusora com o qual buscava atender aos jovens e adultos

analfabetos de Goiânia e do interior do estado, até onde alcançava a Rádio, proporcionou assim o surgimento de uma educação de adultos a distância, com recepção organizada.

No período de criação do Movimento, de acordo com o Censo de 1960 do IBGE/PNAD, o país apontava um índice de 39,6% de analfabetos acima de 15 anos, perfazendo um total de 15.964.852 pessoas que sequer podiam votar, (RODRIGUES, 2008).

Em Goiás o Movimento surge por iniciativa do bispo D. Fernando Gomes dos Santos, após ter contato com as primeiras experiências desenvolvidas no Nordeste do Brasil (Natal e Aracaju). Quando surgiu em Goiás, o MEB-Goiás não tinha essa nomenclatura, era denominado Setergo, pois nasceu com a criação do Sistema Tele-Radiofônico de Goiás (Setergo), que adveio da criação do Sistema Rádio Educativo Nacional (Sirena), criado pela CEAA em 1947. Somente após o Setergo aderir ao MEB nacional é que se transforma em MEB-Goiás.

A proposta inicial do MEB era a criação de quinze mil escolas radiofônicas com recepção organizada, a meta era de que esse número fosse aumentado progressivamente. O programa foi planejado inicialmente para ter duração de cinco anos (1961-1965), para isso a CNBB colocou a disposição do governo federal a rede de emissoras filiadas à Representação Nacional das Emissoras Católicas (Renec).

As raízes mais significativas do MEB reportam da criação das campanhas nacionais, CEAA (1947) e CNER (1952), e da criação do Sistema Rádio Educativo Nacional (Sirena), instituído em 1957 em Leopoldina, com intuito de fortalecer e evitar a extinção da CEAA. (Rodrigues, 2008).

Outras experiências significativas para instituição do MEB, em 1961, foram experiências com bons resultados realizadas no Rio Grande do Norte e Sergipe, mais especificamente em Natal e Aracaju, por bispos brasileiros, a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA) que desenvolvia programas educativos pelo rádio, algumas iniciativas privadas ligadas à Igreja Católica que promovem a ampliação do Serviço de assistência Rural (SAR), no Rio grande do Norte, e ainda outras ações desenvolvidas por algumas dioceses que possuíam estações radiotransmissoras e começam a organizar programas educativos criando a Rede Nacional de Emissoras Católicas.

A Renec promoveu um congresso em Aracajú no ano de 1960, com o objetivo de discutir problemas técnicos, no qual foi levantada a ideia da possibilidade de

criação de programas de educação popular pelo rádio que pudessem ser estendidos para âmbito nacional.

Grande parte dos programas educativos promovidos pelo Governo Federal, tinha convênios com instituições privadas, principalmente com as dioceses católicas, esses convênios do Estado com a igreja objetivava a busca de soluções para os problemas sociais por meio da educação de base.

Segundo Fávero (2006, p. 03), a educação de base era compreendida inicialmente “como o mínimo fundamental de conhecimentos teórico-práticos, imprescindíveis às populações pobres das regiões atrasadas, para que as mesmas pudessem caminhar em direção ao desenvolvimento”. Essa educação de base fazia parte do ideário da Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (Unesco), que criou programas de educação para os povos subdesenvolvidos.

De acordo com a Unesco, todo programa de educação de base teria como ideal o ensino fundamental universal, gratuito e obrigatório para as crianças. Sublinhava-se o estreito relacionamento entre a educação das crianças e a educação dos adultos, assim como recomendava-se que onde “existissem verdadeira escola” (ou seja, escolas tradicionais para crianças), o programa de educação de base se dirigisse inicialmente aos adultos, sob forma simples e prática. (Fávero, 2006, p. 23).

O MEB no início de sua atuação estruturou seus objetivos de acordo com as proposições para educação de base estabelecida pela UNESCO, oferecendo o ínfimo de noção teórico-prático aos educandos camponeses, que não tiveram a oportunidade de obter o conhecimento institucionalizado. Porém, a partir de 1963 esta perspectiva de educação de base culturalista e de integração social, de sobreposição do urbano sobre o rural e do conhecimento científico sobre os saberes da comunidade, se alterou, passando a educação de base à alfabetização vinculada à perspectiva de conscientização e politização, a uma visão emancipatória e transformadora que convida o homem rural a lutar pelos seus direitos, em defesa de uma sociedade mais justa e humana.

Estrutura e funcionamento das escolas radiofônicas

As escolas radiofônicas desenvolviam o trabalho por meio de uma Equipe Central, que envolvia: uma equipe de coordenação responsável por fazer o apoio administrativo; supervisores encarregados do funcionamento das escolas e treinamento dos monitores; professores locutores que produziam e emitiam as aulas/programas educativos através do rádio; monitores, pessoas da própria comunidade, eram os que

mantinham um contato mais aproximado com os educandos do Movimento. As pessoas que compunham a equipe do MEB comumente eram selecionadas pelos Bispos Diocesanos e padres responsáveis pela região em que seriam instaladas as escolas, mas este quadro se alterou a partir de 1963, passando a própria comunidade a indicar os monitores, em geral pessoas com alguma liderança na comunidade.

As escolas radiofônicas funcionavam em grupos escolares, escolas isoladas, salas paroquiais, sede de fazendas, barracões, varandas e até mesmo nas casas dos monitores. As instalações das escolas eram muito simples, com mobiliários construídos pelos próprios monitores e alunos.

O MEB era responsável por fornecer os materiais indispensáveis para efetivação das aulas como: quadro negro e giz; o rádio a pilhas, cativo, que sintonizava apenas a estação que transmitia as aulas, os livros de leitura e as cartilhas, lampião de querosene, mas muitas vezes eram usadas apenas lamparinas.

Como podemos observar no relato de um monitor:

[...] Aí arrumou lá com o fazendeiro em uma varanda, lá do jeito de fazenda, a gente arrumou lá e montamo a escolinha. A escola era o seguinte: a gente cortava um toco, punha uma tábua mais arta pra pôr os caderno, né, e outra mais baixa pros aluno sentá... e aí era o seguinte: era o rádio, que... que era aonde... da onde transmitia a escola e um lampião, era o material... e o material de livro, escrever, essas coisa. (Oscavú, entrevista, 07/07/2004).

Apesar do acordo firmado entre o MEB e o Governo Federal que instituía um repasse de verbas para o Movimento, o trabalho realizado pelo monitor era voluntário, e colocado sob sua responsabilidade a arrecadação de fundos para possíveis gastos, tais como: obtenção das pilhas para o rádio, do querosene ou álcool para o lampião, das velas em alguns casos, entre outros.

Concordamos com Rodrigues (2008), quando critica essa forma de trabalho voluntário exercida no MEB com apoio da Igreja, que difundia a ideia de que como bons cristãos deveriam praticar ações de caridade. De acordo com (RODRIGUES, 2008, p. 304):

[...] ao menos uma ajuda de custo seria necessária a fim de repor os dias parados, especialmente quando se deslocavam para participarem de cursos ou treinamentos, e deixavam suas tarefas para se dedicarem às atividades do Movimento (treinamentos, cursos, encontros etc.). Hoje há experiências de trabalho de educadores populares que recebem uma ajuda de custo e desenvolvem uma boa prática com os trabalhadores.

O trabalho voluntário vivenciado no MEB vinha de uma prática frequente exercida em outras ações educativas desenvolvidas no Brasil desde a década de 1940, com a CEAA (Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos), se

desdobrando com os movimentos de educação popular desenvolvidos na década de 1960.

O MEB-Goiás tinha suas aulas transmitidas no período compreendido entre as 18h e as 19h, horário considerado o mais adequado para que os trabalhadores rurais pudessem se reunir. As aulas iniciavam após o programa “A Voz Brasil”. A escolha do horário se deu em função de que esse era o momento que os trabalhadores retornavam da lida, ou seja, era o único momento em que podiam estar presentes nos locais das aulas.

Esse é um dos grandes desafios da EJA, pois sendo uma modalidade de atendimento ao público adulto, a maioria tem responsabilidade familiar necessitando trabalhar para manter uma casa, ou ajudar no orçamento da família, podendo estar presente na sala de aula apenas no período noturno, o que se configura como uma barreira a ser ultrapassada, já que chegam para as aulas cansados, com fome, e às vezes até sujos. No caso do MEB-Goiás, não era diferente, como podemos observar na entrevista com o monitor Oscavú ao descrever sobre as dificuldades encontradas para efetivação das aulas:

Eram tantas. Mas a gente acaba aprendendo a conviver com elas. Essas de chegar na hora molhado, sujo. Essa era inconciliável. Depois vinha outra: você acompanhar os alunos com fome. Tinha que dar aula. Às vezes pedia lá dentro: ô me dá uma coisinha pra mim mastigar. Mas nem sempre tinha (...). (Entrevista, 2012).

Dentre as diversas dificuldades encontramos outras questões que em diversos momentos se apresentavam como um fator complicador para que as aulas ocorressem regularmente, como a potência da Rádio Difusora que era muito fraca e saía do ar ou entrava outra rádio no lugar, impedindo o continuidade da aulas, outros fatores também ocorriam, como as chuvas e falta de energia.

Construção e utilização do conjunto didático Benedito e Jovelina

Quando se inicia o MEB, a concepção de educação base estava pautada pelo ideário da UNESCO. Segundo Fávero (2006), a compreensão era a de que nas regiões subdesenvolvidas, seria necessária uma educação que oferecesse apenas os conhecimentos mínimos, um ensino elementar, mínimo e precário, pautado por uma proposta e prática baseada em concepções tradicionais de educação (Rodrigues, 2008).

A partir de 1963 o MEB sofre influência de vários movimentos de educação popular que estavam ocorrendo em todo o país, e dentre estes, especialmente o sistema Paulo Freire. Foi no 1º Encontro Nacional de Coordenadores em Recife, ocorrido em dezembro de 1962, que implementou-se mais mudanças no MEB, através da discussão e revisão dos trabalhos realizados nos anos anteriores. Esta reavaliação fundamentou novas práticas, reelaborando assim, o conceito de educação de base.

Estas mudanças abrangeram também o MEB-Goiás de forma bastante significativa, influenciou na metodologia de ensino, nos conteúdos das aulas radiofônicas, culminando na produção do Conjunto Didático Benedito e Jovelina, pautado no método de alfabetização desenvolvido por Paulo Freire.

Paulo Freire (1987) desenvolveu uma teoria epistemológica do conhecimento a partir das experiências que teve na alfabetização de adultos, porém, não se restringe a ela. Seu sistema de ensino não está restrito a repetir palavras e nem interessava a Freire que os educandos desenvolvessem apenas a capacidade de pensar estas palavras de forma abstrata. O importante era que os educandos desenvolvessem condições para pensá-las, e desta forma poder relacioná-las criticamente com as palavras do seu mundo, buscando intervir na realidade social para transformá-las, sabendo e podendo dizê-las oportunamente.

A educação para Paulo Freire (1999) é uma prática para a liberdade, deve ser, portanto, dialógica e libertadora; uma educação que crie no povo, condições de refletirem sobre si mesmos, sobre seu tempo e suas responsabilidades, uma educação que faça o povo refletir criticamente, para que possam perceber o poder que possuem, e saber usá-lo no momento devido.

Paulo Freire acreditava na “democratização da cultura”, por isso desenvolveu experiências de educação de adultos em áreas urbanas e rurais, nas quais a alfabetização acontecia com vistas a conscientização das pessoas, o que era considerado por Freire como o primeiro passo para a libertação do homem.

Desta forma, o conteúdo ensinado deveria conter a realidade dos educandos, para despertar maior interesse em aprenderem a partir de algo que lhes é familiar, promovendo assim, uma ação transformadora. Esse conteúdo é obtido através de investigação nas festas populares, no ambiente de trabalho, em reuniões sindicais, igrejas, escola, ou seja, de forma que o educando sinta-se à vontade para se expressar naturalmente, porque segundo Paulo Freire (1987) esta investigação temática investiga o pensamento do povo, que não pode ocorrer separado dos outros homens, nem de suas

realidades. O educador poderá utilizar várias formas de obter essas informações como: observação, discussão de textos, entrevistas, e conversas com moradores.

Segundo Fávero (2002), no relatório anual do MEB do ano de 1962, consta que os materiais didáticos utilizados no Movimento eram: o primeiro e o segundo Guia de leitura (os mesmos utilizados pela CEEA em 1947), o Caderno de aritmética, a Radiocartilha, e com menor utilização o livro Riquezas do Brasil. Este material foi muito criticado, pois tinha um conteúdo infantilizado e apresentava imagens e costumes da cidade, sendo que o Movimento era destinado às pessoas do meio rural. Isso fazia com que muitas pessoas desistissem de estudar.

A partir do I Encontro Nacional de Coordenadores do MEB começa o questionamento desses métodos tradicionais utilizados, dos materiais didáticos e coube aos professores das escolas radiofônicas a organização de um novo material que contemplasse a realidade dos alunos.

Nesse período o sistema Paulo Freire ganhava destaque nacional e tinha o apoio do governo federal que buscou instituí-lo em todo o país, porém, de acordo com Brandão (1991, p. 19): “Não houve tempo de passar das primeiras experiências para os trabalhos de amplo fôlego com a alfabetização de adultos”.

Em Goiás, as mudanças mais expressivas com relação à forma de conceber a prática político-pedagógico na alfabetização de adultos, se dão após o segundo treinamento da Equipe Central, quando conforme Rodrigues (2008, p. 191):

[...] realizou-se o segundo treinamento de Equipe Central em Goiás, o qual proporcionou uma compreensão da sociedade brasileira no plano filosófico e político, bem como reflexões que apontaram para propostas e soluções para as mudanças pretendidas, e estas se desdobraram entre outras ações, no curso de treinamento de monitores, no congresso de monitores e na prática político-pedagógico que foi empreendida no MEB-Goiás pós-63.

A partir do treinamento de monitores realizado em 1963, evidenciou-se a necessidade de mudanças na forma de ensino que até então era oferecido aos alunos do MEB-Goiás, como podemos observar em um trecho do relatório final:

Apesar da pobreza do material didático usado (1º ciclo: Rádio Cartilha, 2º ciclo: Brasília – 1º livro de leitura) cartilhas e livros que não se adequavam a realidade vivida, houve um esforço da Equipe em fazer a complementação com dados reais colhidos dos monitores e alunos, que passaram a participar, assim da elaboração das aulas e programas. Mesmo nas aulas de aritmética, eram utilizados os dados reais do momento. (MEB-GOIÁS, 1967, p.04).

De acordo com Rodrigues (2008), o MCP (movimento de cultura popular) que trabalhava com a educação de adultos por meio do sistema Paulo Freire, influenciou bastante o MEB a partir de 1963, e também a participação de duas componentes da

Equipe do MEB-GO em um curso com Paulo Freire em Recife, trazendo uma nova concepção de homem, de sociedade e de mundo para o movimento.

Na entrevista realizada com o monitor Parcival podemos perceber isso:

Mas aí é que eu fui vê mesmo que liberdade não existe, não existia naquele tempo, nem existe hoje. Não existe hoje, não vem com essa história de liberdade pra cá, porque às vezes eu fico calado, mas fico remoendo, tá? Porque aqui na minha mente, na minha cabeça hoje de trabalhador que aprendeu essas coisas no MEB e o MEB vinha da Igreja, né? E esse movimento vinha de Paulo Freire, minha filha. Eu tenho é esse orgulho de ser um discípulo de Paulo Freire, tá? (Entrevista, 14/07/2005).

De acordo com o relato dessas duas componentes da Equipe Central do MEB-Goiás, foi após o encontro com Paulo Freire que o movimento se conscientiza da necessidade de mudança na perspectiva de alfabetização, que até então vinham desenvolvendo, é daí que surge a ideia de elaborar outro material para alfabetização de adultos, específico para Goiás:

Então em pleno período aí de 63, nós vamos a Recife fazer esse curso com Paulo Freire. Então voltamos de lá imbuídos da maravilha de tudo aquilo que a gente viu, de tudo aquilo que a gente escutou. E a articulação disso que a gente vai fazer no MEB-Goiás vai ser grande no sentido de pensar um processo pedagógico que, juntando tudo aquilo que a gente entendeu de Paulo Freire, pudesse dar sentido pro meio rural, goiano, com as características nossas. É quando surge o Benedito e a Jovelina. (Alda³, entrevista, 12/06/2006).

A nova proposta de alfabetização que começa a ser desdobrada no MEB-Goiás, apresentava um maior aprofundamento teórico, que considerava o meio em que os alunos viviam e a realidade em que estavam inseridos no dia a dia do campo. O objetivo dessa proposta era o de oferecer um material com especificidades próprias do Estado, e para isso houve uma preocupação em ouvir, conhecer e reunir elementos que fossem de conhecimento dos sujeitos a quem se destinava.

Para construção do material foi necessário a participação dos monitores e dos alunos com a finalidade de conhecer o universo vocabular regional, quais as principais atividades do homem do campo, o calendário do campo, e até mesmo as figuras dos cartazes que seriam utilizados em sala, pra que não fugissem do contexto dos alunos.

³Entrevista cedida pela Dr^a. Maria Emilia de Castro Rodrigues. A entrevista foi realizada com Maria Alice Martins, porém, no dia estavam presentes Carlos Rodrigues Brandão e Alda Maria Borges, (todos integrantes do MEB-Goiás na década de 1960), que contribuíram com dados relevantes para o esclarecimento da produção do material didático “Benedito e Jovelina”. Alda Maria Borges foi uma das principais autoras do material didático construído para o MEB-Goiás.

Antes de fazer uma elaboração decisiva, o novo método elaborado pelo MEB-GO foi testado apenas com os monitores, a fim de que eles pudessem contribuir dando sugestões, e para que tivessem uma maior familiaridade a fim de buscar um melhor aproveitamento e manejo na sala de aula. Após esse trabalho o modelo do novo processo de alfabetização foi encaminhado ao MEB nacional para aprovação. Conforme uma das componentes da Equipe Central que participou da construção do material didático o objetivo era se aproximar ao máximo da vida dos alunos:

A gente procurava encontrar um material (...). Então começou a pensar que realmente é... precisava de alguma coisa muito própria daqui, né. Então a coisa foi feita muito nesse sentido de ouvir, de reunir, de ir atrás pra... pra pegar, por exemplo, os nomes, os assuntos durante todo o ano, quê que se fazia na roça né, pra ter muito... pra chegar realmente a eles, né, pra ser uma coisa que eles sentissem a vida deles, o calendário do, do campo mesmo, né. Então foi um trabalho muito bonito, muito é... com participação, eu me lembro bem deles participando, criticando os cartazes, como é que, tal coisa não parecia, tal coisa não era aquilo, né. (Maria Isabel – Isa, Entrevista, 17/08/2006).

Após a aprovação, inicia-se a utilização do novo material didático intitulado pela Equipe de “Benedito e Jovelina”, o nome do livro de leitura tinha como objetivo promover uma maior aproximação com o homem do campo, pois eram nomes comuns em Goiás.

Portanto, foram escolhidas palavras que traziam em si maior possibilidade sintática (riqueza fonética, abordando as dificuldades fonêmicas e maior manipulação de sílabas para a formação de novas palavras), semântica (envolvendo maior intensidade entre o significado e a palavra, trazendo sentidos explícitos, diretos, e preferencialmente com uma carga afetiva) e pragmática (maior possibilidade de conscientização que a palavra traz ou gera na pessoa ou grupo que a utiliza) e que possibilitassem uma memória crítica. (RODRIGUES, 2008, p. 279).

“Benedito e Jovelina” retratava a história de um casal que vivia no campo, e todas as dificuldades enfrentadas por eles no dia a dia de trabalho, buscava também da melhor forma retratar o processo do ciclo produtivo no Estado de Goiás, podemos observar isso pelo modo como o material foi organizado, houve uma preocupação dos organizadores em ir retratando a vida no campo desde o preparo do solo até a colheita, o armazenamento, beneficiamento para consumo próprio e a comercialização do restante dos produtos. Havia um grande cuidado em relacionar o processo de alfabetização com o trabalho dos alunos (RODRIGUES, 2008).

As palavras foram escolhidas observando suas possibilidades conscientizadora, ou seja, se possibilitavam trabalhar os problemas e as dificuldades

enfrentadas por esses adultos analfabetos em suas vidas diárias. Na explicação de Alda o material tem em si um claro viés ideológico:

E esse material, “Benedito e Jovelina”, nós vamos fazer recriando Paulo Freire, (...). Esses cartazes tomando palavras geradoras e temas geradores, fazendo toda uma... um recorte daquilo que a situação... daquilo que é o campo, o trabalho no campo. É pegando calendário agrícola, o calendário do mundo rural pra ser o suporte das próprias palavras geradoras. Então nós vamos ter “Benedito e Jovelina”, nós vamos ter “mato”, nós vamos ter “roça”, nós vamos ter “enxada”, nós vamos ter... ou seja, tudo aquilo que compõe a vida, nesse calendário rural que.. que compõe isso aí. E o processo que a gente tem nesse trabalho, [...] no “Benedito e Jovelina”, traz [...] esse conjunto didático, traz uma mensagem político ideológica bem nítida, há [...] algo nítido nas discussões disso aí: os textos, as indagações, a fundamentação que a gente faz com esse trabalho tem [...] um claro viés ideológico, dentro disso aí. As discussões básicas e fundamentais da sociedade brasileira estão postas no conjunto desse material. (entrevista, 20/09/2006).

O material foi desenvolvido seguindo o processo, o da codificação e descodificação das palavras geradoras – conforme posteriormente Paulo Freire descreveu nos primeiros passos descreveu no terceiro capítulo do livro *Pedagogia do Oprimido* (1987), mas que já o havia feito na *Revista da Universidade do Recife* em 1962 –, pois assim é garantido que o processo de aquisição da leitura e da escrita seja significativo, uma vez que parte do diálogo e dos códigos que os alunos conseguem dominar, e cria desafios para reflexão sobre questões concretas da vida, muitas vezes não questionadas.

Vale destacar que a grandeza do método de alfabetização proposto por Freire não está em sua eficiência instrumental, e sim em sua capacidade de conscientização que é seu objetivo final, pois é por meio da conscientização que se forma sujeitos críticos e conscientes de sua capacidade de fazer cultura. Assim as técnicas por elas mesmas não significam nada.

Dessa forma, o objetivo maior deveria ultrapassar a técnica de ler e escrever deveria alcançar a leitura do mundo por meio da conscientização, que é a finalidade de todo processo educativo e político, e as palavras geradoras deveriam ser instrumentos para o desenvolvimento desse processo de alfabetização, que conduzissem a debates, para que assim os sujeitos pudessem compreender a relação historicamente criada de opressores e oprimidos, e resistirem à sustentação desta.

Por conseguinte, não se trata de exortar os opressores a serem [...] menos opressores. Mas, proporcionar aos oprimidos os instrumentos para compreenderem a relação entre opressores e oprimidos e lutarem contra a manutenção dessa relação. Instrumentos, sintetizados na alfabetização, conscientização, leitura crítica do mundo. (ROSAS, 2003, p. 117).

O material didático “Benedito e Jovelina” trabalhou de modo bastante significativo a codificação das palavras geradoras, em todas as propostas de atividades do material podemos encontrar figuras que retratam de alguma forma as palavras trabalhadas e depois as famílias fonêmicas das palavras. Na primeira lição “Benedito e Jovelina” é apresentado à imagem seguida dos nomes, os quais são destrinchados em sílabas, mostrando a possibilidade de se compor várias outras palavras (RODRIGUES, 2008). Por ex.:

Benedito

ba be bi bo bu

na ne ni no nu

da de di do du

ta te ti to tu

Todas as lições eram trabalhadas de forma bastante reflexiva, para que o monitor pudesse trabalhar bem o segundo passo, que se tratava da descodificação das palavras geradoras, nesse momento eram utilizados vários suportes para auxiliar o processo de ensino aprendizagem, como: textos, artigos de revistas, letras de músicas, rótulos de embalagens, entre outros, com o objetivo de fazer a releitura das visões de mundo dos alunos. Esse momento deveria ser feito por meio de questionamentos com o objetivo de que os alunos pudessem refletir sobre o tema, e assim crescer criticamente.

O monitor era o responsável por propiciar amplas e pontuais reflexões sobre a realidade local, e tinha como tarefa estabelecer uma boa relação de diálogo com o coletivo, provocando nos alunos as mais diferentes compreensões e visões de mundo. É importante salientar que o mote deste trabalho intelectual e grupal está na criação de subsídios de intervenção. Em outras palavras, ferramentas de intervenção para que os educandos pudessem apropriar de suas realidades buscando transformações constantes, pois como já disse (PAULO FREIRE, Apud, BRANDÃO, 1991, p. 86): “A própria decisão de fazer alfabetização é um ato político”.

O novo material para alfabetização de adultos que começaria a ser utilizado em 1966, ou seja, após o golpe militar de março de 1964, foi cercado de muitas resistências por parte da Igreja, dos patrões e dos próprios trabalhadores.

[...] o problema do golpe foi um problema sério, no nosso caso lá tinha é, o patrão começou a ouvir as aulas e veio me perguntar lá era Zé Eugenio né? [...] É porque eu vi outro dia vocês falando que não, que o trabalhador não é pra pagar mais arrendo, eu falei: não então a escola que o senhor ouviu não é a nossa não (risos). Eles aumentam, exageram um pouco né? Pra assustar a gente. E dai por diante ele começou a acompanhar e fazer e fazer perguntas,

quando pensa que não, teve, teve patrão lá [...] que mandou fechar a escola, fecha porque essa escola de vocês é comunista, e eu não quero saber disso aqui né? Então tinha esses problemas. (José Moreira, entrevista, 14/05/2012).

Esses comprometimentos forçaram um retrocesso dos trabalhos que até então vinham sendo desenvolvidos. O MEB continua seus trabalhos após 1964, por esse motivo é tido como um dos únicos movimentos que sobreviveram à ditadura, mas não voltou com a mesma fardagem, e acabou perdendo muitos de seus militantes que não concordaram com as imposições feitas pelos militares e pela Igreja, para que pudesse dar continuidade ao processo de alfabetização de adultos.

Considerações finais

O MEB-GO é considerado um movimento de educação popular desenvolvido em prol da educação de jovens e adultos na década de 1960, o MEB inicialmente se desenvolveu em consonância com as propostas de educação de base indicadas pela UNESCO, contudo em 1962 o movimento dá um salto, no que se diz respeito à concepção de educação, formulando inovadoras propostas e modificando sua ideologia, evidenciando assim o conceito de educação popular.

O conjunto didático Benedito e Jovelina, foi desenvolvido baseado no sistema de ensino Paulo Freire, retratava o dia a dia de um casal que vivia no meio rural e as dificuldades que eles enfrentavam diariamente em seu trabalho. A conscientização que o MEB-Goiás desenvolveu para com os educandos através de sua prática educativa, é expressa nesse conjunto didático através da valorização do meio em que viviam os alunos, possibilitando desta forma que aprendessem a partir de palavras que lhes fosse familiar e carregadas de sentido. Assim, ao aprender a ler e escrever os alunos também se conscientizavam adquirindo condições de refletirem sobre sua própria realidade.

O MEB-GO após 1962 apresenta um trabalho político a favor e com as classes populares por meio da educação, com grupos comprometidos com a transformação das estruturas sociais e buscando superar as condições de opressão das classes marginalizadas através de um trabalho de conscientização e de uma proposta de diálogo com monitores e educandos, de modo a despertá-los para os problemas sociais e políticos a fim de buscar soluções e intervenções para uma transformação social mais justa e igualitária.

Considerando-se o processo de degradação encontrado na história da educação de jovens e adultos e conscientes de que em se tratando de um processo educativo voltado para o meio rural e para as regiões consideradas subdesenvolvidas, o processo de degradação histórica é ainda maior, buscamos apresentar nesse trabalho a compreensão e reconstrução de parte da história do Movimento de Educação de Base, dando voz aos sujeitos monitores, educandos e coordenadores, no sentido de valorizarmos e contribuirmos para reconstrução e continuidade da história da EJA especialmente em Goiás.

Referências

BEISIEGEL, Celso de Rui. Estado e Educação Popular: *um estudo sobre a educação de adultos*. São Paulo: Pioneira, 1974.

BRANDÃO. Carlos rodrigues; COELHO. Germano; GÓES. Moacyr de; FÁVERO. Osmar; SCOCUGLIA. Afonso Celso. Paulo Freire: Educação e transformação Social. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é o método Paulo Freire. Ed. 17ª. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

FAVERO, Osmar (org.). Cultura popular educação popular – memória dos anos 60. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1983.

_____. *Uma pedagogia da participação popular* – análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de Base (1961-1966). Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2006.

FREIRE, Paulo. *Conscientização e alfabetização, uma nova visão do processo*. Recife, PE, [1962] (Brochura, 41p.).

_____. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. *MEB-Goiás: Relatório-Documento. Uma Experiência de Educação de Base*. Goiânia, GO: MEB-Goiás, jan. 1967. (mimeo.).

PEIXOTO FILHO, José Pereira. *A Travessia do popular na contra-dança da educação*. Tese (Mestrado) – Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1985.

_____. *A Travessia do popular na contra-dança da educação*. Goiânia, GO: Ed. Da UCG, 2003.

REVISTA DA ARQUIDIOCESE. Ano V, nº IV. Goiânia, GO, abr./1961a.

_____. Ano V, nº 11 e 12. Goiânia, GO, nov. e dez./1961b.

RODRIGUES, Maria Emília de Castro. *Educação de Jovens e Adultos: retomando uma história negada*. s/d. Goiânia, 2000. (texto didático).

RODRIGUES, Maria Emilia de Castro. “Enraizamento de Esperança”: as bases teóricas do Movimento de Educação de Base de Goiás. Tese de doutorado do PPGE, UFG. 2008.

ROSAS, Paulo. *Paulo Freire: alfabetização, conscientização, leitura crítica do mundo*. Recife: Editora Universitária/UFPE, 2003.

ENTREVISTAS

II – José Moreira Coelho e Luiz Marques – 14/05/2012

III – Osvavú José Coelho – 07/07/2004 – Cedida por Maria Emilia

IV – Parcival Moreira Coelho – 14/07/2005 – Cedida por Maria Emilia

V – Parcival e José Moreira Coelho – 14/07/2005 – Cedida por Maria Emilia

VIII – Alda Maria Borges – 20/09/2006 – Cedida Por Maria Emilia

IX – Maria Alice – 12/09/2006 – Cedida por Maria Emilia

VI – José Moreira Coelho – 2012 – Cedida por Ione

VII – Parcival Moreira Coelho – 2012 – cedida por Ione